

O EMBATE ANALOGIA X ANOMALIA NO *DE LINGUA LATINA* DE VARRÃO

Giovanna Mazzaro Valenza¹

RESUMO

A principal contribuição de Varrão para a História da Lingüística é a discussão acerca da analogia e da anomalia. O autor dedica três livros da sua obra *De Língua Latina* a combater os argumentos dos analogistas e dos anomalistas e a procurar uma solução para a querela.

Neste trabalho, serão analisados trechos da citada obra de Varrão que exemplificam os dois pontos de vista. Também será exposta a solução apresentada por Varrão para conciliar ambos.

INTRODUÇÃO

Na história da filosofia da Lingüística, a discussão sobre analogia e anomalia tem início na Antigüidade, de modo discreto², e caracteriza-se por pontos de vistas diferentes entre autores de duas escolas: geralmente os anomalistas eram filósofos estóicos e os analogistas filólogos e críticos alexandrinos.

O estoicismo foi fundado por Zenão de Cílio (cerca de 300 a.C.), na época helenística, e preocupou-se com várias áreas que já tinham sido trabalhadas por Aristóteles, mas foi original em alguns pontos de filosofia e retórica. É com os estóicos que a lingüística ganha um lugar de destaque dentro da ciência da filosofia. Já os alexandrinos, contemporâneos dos estóicos, interessavam-se pela linguagem como estudo literário. Eles aplicaram princípios analógicos na reconstrução de textos, entre eles os estudos homéricos. Destacam-se nessa escola Aristarco, primeiro a estudar cientificamente a obra de Homero, e Dionísio de Trácia, autor da *Téchne Grammatiké*, a primeira descrição da língua grega..

Os anomalistas argumentavam de forma mais genérica, dogmática e com tendências à aniquilação do adversário; já a argumentação dos analogistas é técnica, objetiva e concessiva.

¹ Bacharel em Letras – Latim pela Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes. E-mail: giovanna_valenza@yahoo.com.br.

² Varrão cita, no *De Lingua Latina*, nomes de autores que discutiram ambos, como, por exemplo, Crates de Malos e Sexto Empírico, mas não fala em épocas, o que torna difícil uma cronologia do embate.

Para estes, a língua seria regida pelo princípio da regularidade; para aqueles, pelo princípio da irregularidade.

A causa do embate, segundo J. Collart (*apud* Coradini, 1999, p. 460) surge com os filósofos e filólogos gregos, que discutiam se a língua era originariamente natural, ou seja, as palavras representavam a essência das coisas, ou se era convencional, produto de contrato social consagrado pelo uso. Tal debate, posteriormente, teria sido superado e substituído pela analogia e anomalia. Como lembra Coradini (1999, p. 460-1),

Alguns estudiosos, atentos às declinações e conjugações, aproximavam palavras e paradigmas, evidenciando o que havia de semelhante na articulação da língua. De modo geral os analogistas consideravam a linguagem como uma criação convencional, cujos elementos o homem pode conhecer e comutar, como um instrumento útil. Outros, atentos à multiplicidade dos paradigmas e aos numerosos ‘casos de exceção’, afirmavam a futilidade das regras e dos princípios gerais; declaravam que a anomalia, a “a-norma”, reina sobre a linguagem, isso porque esta é uma criação perfeita e superior, que não se submete a regras que pretendem dirigir sua práxis.

Mas é com Varrão que o assunto ganha maiores proporções. Na obra *De Lingua Latina*, o autor estuda esses dois pontos de vista e tenta conciliá-los. Para ele, analogia e anomalia existem simultaneamente: regra e exceção se mesclam nas línguas.

Apesar de ser de extrema importância para os estudos de História da Lingüística, a obra de Varrão não tem tradução para o português. Os seus estudos gramaticais, que influenciaram principalmente as diretrizes de gramáticas das línguas neo-latinas, ainda têm de ser lidos no original ou em outra língua. É necessário, portanto, que se faça um estudo aprofundado da obra citada, pois ela permite entender a língua latina do ponto de vista de uma teoria específica, elaborada por um falante dessa língua, e ainda conhecer as origens e influências de gramáticas de outras.

2. AUTOR E OBRA

Marco Terêncio Varrão (*Marcus Terentius Varro*) nasceu em Reate, no ano de 116 a.C., e morreu em 27 a.C. A princípio foi adversário político de Júlio César e serviu Pompeu na Guerra Civil. Após a derrota de Pompeu, aproximou-se de César e seria diretor da biblioteca pública que César planejava criar. Publicou diversas obras (cerca de 600 livros), entre elas trabalhos sobre filosofia e educação, mas só duas chegaram até nós: o *De Re Rustica*, um tratado sobre agricultura, e o *De Lingua Latina*, um estudo sobre a língua latina. O reconhecimento de seu pensamento filosófico está presente em textos de autores como Cícero (séc. I a.C.) e Santo Agostinho (sécs. IV-V d.C.)

O *De Lingua Latina* era composto de 25 livros, mas destes restaram apenas 6 completos e excertos de outros. Do que resta da obra, pode-se ver que trata de etimologia, nos livros V-VII, e de morfologia, nos livros VIII-X.

Os estudos de Varrão sobre etimologia receberam críticas de muitos autores por apresentarem problemas, que são, na verdade, problemas de toda a Antigüidade. Os gregos já haviam cometido deslizes nessa área, e os romanos seguiram pelo mesmo caminho. Isto acontece, dentre tantos outros motivos, porque alguns autores derivaram palavras latinas de palavras gregas somente pelo fato de elas possuírem forma e significados semelhantes (Pereira, 2000, p. 56). Na *Institutio Oratoria*, Quintiliano critica o costume dos que trataram de etimologia:

Falemos agora daquelas miudezas com as quais se atormentam sobretudo os apaixonados pela disciplina, que freqüentemente e de muitas maneiras procuram reconduzir a seu verdadeiro étimo as palavras que sofreram leve alteração, seja por meio de abreviações ou alongamentos, acréscimos ou supressões, seja permutando letras ou sílabas. Daí se deixarem levar, dada sua má índole, pelos mais terríveis absurdos. (*apud* PEREIRA, 2000, pp. 154-155)

Como lembra Robins (1983, p. 43), alguns desses escritores, entre os quais Varrão, não souberam distinguir etimologia histórica e formação sincrônica de palavras por meio de derivação e flexão, tendo como resultado observações relevantes no campo da sincronia e quase inúteis no campo da diacronia. Neste último campo está o estudo sobre a origem das palavras

(etimologia), que, segundo Coradini (1999, p. 457), “se vincula às vicissitudes da história da língua” e naquele campo está o estudo sobre as formas das palavras, que “se prende ao sistema lingüístico, entidade vigente em função do aqui-agora da língua, que, por sua vez, responde às necessidades imediatas de comunicação”.

Tem-se aqui claramente a diferença entre *impositio* e *declinatio*: as formas primitivas são *imposita*, isto é, estabelecidas, e as formas flexionadas são *declinata*, ou seja, mudadas pelas flexões.

É importante, pois, ressaltar a diferença das duas, pois, segundo Coradini, “se a *impositio* cria o léxico e motiva seu estudo histórico, que constitui objeto da etimologia, a *declinatio* gera o sistema multiplicador da língua que é uma operação morfológica, sincrônica”. (1999, p. 458)

Os livros em que Varrão trata de morfologia são muito estudados, pois apresentam discussões ainda relevantes no campo da lingüística. É neles que se apresenta e discute o embate analogia *versus* anomalia.

No livro VIII, Varrão expõe e critica os argumentos dos anomalistas, que são contra o princípio de regularidade (analogia) na língua; no livro IX, o autor reúne e combate os argumentos dos analogistas, que são contra o princípio da irregularidade na língua (anomalia); e no livro X, Varrão aponta para a validade de ambos os princípios e a importância de utilizá-los conjuntamente. Nesses livros, há uma exposição extensa de ambos os pontos de vista e, segundo Robins (1983, p. 37), “grande parte da sua descrição e análise do latim decorre do tratamento que [ele] deu a esse problema”.

Para Varrão, há uma forma reta da palavra e as formas oblíquas, que se declinam a partir dessa forma reta. A esse processo dá-se o nome de *declinatio*, palavra traduzida pela tradição gramatical como flexão ou declinação. Segundo ele, há dois tipos de *declinatio*: a *naturalis*, o que chamamos hoje de flexão, e a *voluntaria*, que conhecemos como derivação.

A flexão é o processo pelo qual uma palavra-base recebe afixos, fazendo com que a mesma palavra tenha terminações diferentes. Tem-se, por exemplo, a palavra *menina*. Para formar seu plural, torna-se necessário colocar um *-s* no final. Assim, temos *meninas*.

Esse processo é chamado de flexão porque não gera palavras novas, mas as transforma, de acordo com sua necessidade sintática ou semântica, em formas gramaticais diferentes de uma mesma palavra. Essas variações gramaticais de uma mesma palavra são usadas de modo natural. Nas palavras de Varrão,

“(...) naturalem declinationem dico, quae non a singulorum oritur uoluntate, sed a communi consensu. (...)”³ (VIII, 22)

No processo de derivação, a mudança também se dá pelo acréscimo de um afixo, mas acontece a geração de novas palavras ou a alteração de classe a partir de palavras primitivas. Tem-se, por exemplo, o substantivo *leitura*, que é derivado do verbo *ler*. A geração de um novo vocábulo acontece de forma voluntária, sem sistematização. Como afirma Varrão,

“(...) uoluntariam est, quo ut cuiusque tulit uoluntas declinavit. (...)”⁴ (VII, 21)

Essa discussão entra nas questões sobre analogia e anomalia na obra de Varrão. E para entender melhor essa dicotomia, torna-se necessário esclarecer alguns conceitos, que seguem nas próximas seções..

3. ANALOGIA

O processo da analogia (regularidade) trata a linguagem como criação convencional e permite sistematizar a língua. Ou seja, uma vez que se conhece o paradigma de uma conjugação em determinado tempo verbal, por exemplo, pode-se saber que qualquer outro verbo da mesma conjugação terá as mesmas formas naquele tempo verbal.

³ “(...) eu chamo de declinação natural aquela baseada não na vontade dos indivíduos, mas no (con)senso comum. (...)” [Tradução minha]

⁴ “(...) a (declinação) voluntária é aquela cujo produto vem da vontade de cada indivíduo. (...)” [Tradução minha]

A analogia permite mostrar uma forma flexionada de qualquer palavra, se esta se encaixar no paradigma regular de flexão. Se esse princípio não existisse, como ressalta Varrão, saberíamos muito menos palavras, pois teríamos que decorar todas as formas flexionadas delas:

“Declinatio inducta in sermones non solum Latinos, sed omnium hominum utili et necessaria de causa: nisi enim ita esset factum, neque di<s>cere tantum numerum verborum possemus (infinitae enim sunt naturae in quas ea declinantur) neque quae didicissemus ex his, quae inter se rerum cognatio esset, appareret. At nunc ideo videmus, quod simile est, quod propagatum. (...)"⁵ (VIII, 3)

Para os analogistas, a linguagem é uma criação convencional, e o homem pode conhecê-la e comutá-la, como um instrumento útil.

Em Aristóteles já era possível encontrar a preferência pela analogia: “a linguagem resulta da convenção, visto que nenhum nome surge naturalmente”. (ROBINS, 1983, p. 15)

Os analogistas procuravam na língua as regularidades dos paradigmas formais. A partir desses paradigmas, palavras que seguem os mesmos paradigmas, como, por exemplo, os temas em -o- da segunda declinação ou os temas em -a- da primeira teriam as mesmas terminações morfológicas. Eles buscavam, também, relações entre forma e significado. Segundo Robins (1983, p. 16), “essas espécies de analogia constituem parte central da morfologia, e sem elas os paradigmas de diferentes classes e subclasses de palavras (declinações e conjugações em latim e grego) aos quais se reduzem os padrões regulares não poderiam ser descobertos”.

A analogia tem uma significativa importância também na medida em que tenta propor, como cita Robins (1983, p. 16), “a denominação semântica das categorias gramaticais, como a de singular e plural ou como as dos casos nominais”. Alguns analogistas tentaram até mesmo reformular os paradigmas irregulares do grego em proveito da regularidade analógica.

Coradini explica melhor quem eram os estudiosos desse princípio (1999, p. 463-4):

⁵ “O sistema de declinações foi introduzido não apenas na língua latina, mas em todas as línguas do homem, porque é útil e necessária; se este sistema não tivesse sido desenvolvido, nós não poderíamos aprender um número tão grande de palavras quanto aprendemos (pois são infinitas na natureza as formas em que são declinadas), e não teríamos aprendido as que vêm destas, e quais provêm da relação que têm entre si. Mas, como é assim, nós vemos, por essa razão, quais são parecidas e quais delas se propagam. (...)" [Tradução minha]

Os analogistas não eram filósofos profissionais. Eram, na maioria, filólogos, críticos e eruditos da escola de Alexandria. Partidários da teoria da origem da língua como convenção, eles estudavam a gramática por ela mesmo, independentemente de polêmicas filosóficas, para atender às necessidades práticas e torná-la uma ciência. A analogia era um método de análise praticado normalmente na Academia e no Liceu. Platão falava desse método como aplicável às ciências matemáticas donde passou para outras ciências. Aristóteles estendia-o à zoologia e à gramática. Teofrasto, seu discípulo, aplicava-o à botânica e à medicina. Confirmado essa tradição, Varrão também explica que a analogia gramatical se apóia nas relações (pitagóricas) de proporção aritmética (X, 43). Se este princípio foi rejeitado pelos filósofos estoicos, ele foi recebido pelos alexandrinos, enquanto filólogos. Isso ajuda a esclarecer as causas longínquas da querela analogia-anomalia e ao mesmo tempo a entender a metodologia mais científica e menos filosófica que os alexandrinos imprimiram ao estudo da gramática. Dionísio Trácio, meio alexandrino, dizia que a ‘consideração da analogia’ é parte importante da língua. E, segundo Carísio, Aristófanes de Bizâncio já havia estabelecido cinco (*sic*) critérios para reconhecer a relação analógica entre palavras: a) a mesma categoria, isto é, nome, verbo etc.; b) o mesmo caso; c) a mesma desinência; d) o mesmo número de sílabas; e) o mesmo som; f) a mesma estrutura: palavras simples ou compostas.

3.1 VARRÃO CONTRA O PRINCÍPIO DA ANALOGIA (*DE LINGUA LATINA*, LIVRO VIII)

No livro VIII, Varrão apresenta o princípio da anomalia, muito estudado e defendido pelos estoicos: estes têm vários argumentos contra a analogia, expostos dialeticamente, não sem violência e com um forte tom doutrinário, tais como: a analogia é contrária à natureza, não responde ao critério de utilidade, de clareza, brevidade e beleza; a analogia é reguladora, mas a anomalia é soberana no uso da língua; regra e uso se contrariam; portanto, não há regra nem analogia.

Alguns dos argumentos contra a analogia podem ser percebidos nestes trechos do *De Lingua Latina*:

“Quare cum, ut in vestitu aedificiis, sic in supellectile cibo ceterisque omnibus quae usus causa ad vitam sunt assumpta dominetur inaequabilitas, in sermone quoque, qui est usus causa constitutus, ea non repudianda.”⁶ (VIII, 30)

“(...) Quas si quis servet analogias, pro insano sit reprehendendus. Non ergo ea est sequenda.”⁷ (VIII, 33)

“Denique si est analogia, quod in multis verbis est similitudo verborum, sequitur, quod in pluribus est dissimilitudo, ut non sit in sermone sequenda analogia.”⁸ (VIII, 37)

“Postremo, si est in oratione, aut in omnibus eius partibus est aut in aliqua: at in omnibus non est, in aliqua esse parum est, ut album esse Aethiopa non satis est quod habet candidos dentes: non est ergo analogia.”⁹ (VIII, 38)

Juntamente com os argumentos teóricos, são apresentados exemplos que vão contra a analogia: formas defectivas ou aberrantes, formas duplas, aportes estrangeiros e as aproximações forçadas.

Para citar um exemplo:

“Praeterea cum sint ab eadem origine verborum vocabula dissimilia superiorum, quod simul habent casus et tempora, quo vocantur participia, et multa sint contraria ut amo amor, *lego legor*, ab amo et eiusmodi omnibus verbis oriuntur praesens et futurum *ut amans et amaturus*, ab eis verbis tertium quod debet fingi praeteriti, in lingua Latina reperiri non potest: non ergo est analogia. (...)”¹⁰

⁶ “Logo, como a diferença prevalece não somente nas roupas e nas construções, mas também nos móveis, na comida, e em todas as outras coisas que usamos em nosso cotidiano, o princípio da anomalia não deve ser rejeitado na fala humana também, o qual foi construído pelo intuito do uso.” [Tradução minha]

⁷ “Se qualquer um persistisse no uso de ‘formas regulares’, ele seria repreendido como louco. Esta forma de analogia, portanto, não deve ser seguida.” [Tradução minha] Isto é, caso quisesse usar formas regulares para aquelas palavras que são irregulares.

⁸ “Finalmente, se a analogia existe pela razão de que em muitas palavras há uma semelhança de palavras e formas, porque há diferenças em um grande número de palavras, segue que o princípio da analogia não deve ser seguido na fala.” [Tradução minha]

⁹ “Enfim, se a analogia existe na fala, existe ou em todas as suas partes ou em alguma única parte; mas não existe em tudo, e não é suficiente que exista em uma alguma única parte; o fato de um etíope ter dentes brancos não é suficiente para dizer que ele é inteiramente branco: logo, a analogia não existe.” [Tradução minha]

¹⁰ “Além disso, uma vez que há outras palavras que também se originam de verbos, mas são diferentes das acima, porque elas têm ao mesmo tempo casos e tempos, donde são chamadas de participios, e muitos verbos têm formas opostas, como *amo* (eu amo), *amor* (eu sou amado), *lego* (eu escolho), *legor* (eu sou escolhido), de *amo* e de todos os verbos desta espécie são originados o presente e o futuro, como *amans* (que ama, amante) e *amaturus* (há de amar, preste a amar), destes verbos a terceira forma que deveria ser feita, denominada de pretérito, não pode ser encontrada na língua latina: portanto, não há analogia.” [Tradução minha]

Por formas opostas entende-se aqui a oposição ativo-passivo: *amo* (presente do indicativo ativo), *amor* (presente do indicativo passivo); *lego* (presente do indicativo ativo), *legor* (presente do indicativo passivo). De *amo* são originadas as formas *amans* (particípio presente ativo) e *amaturus* (particípio futuro ativo), mas não o perfeito (e os demais tempos do *perfectum*), cujo radical muda para: *amau-*.

Em outro exemplo, Varrão discute a formação do particípio:

“Ne in his quidem, quae saepius quid fieri ostendunt, servatur analogia: nam ut est a cantando cantitans, ab amando amitans non est et sic multa. Ut in his singularibus, sic in multitudinis: sicut enim cantitantes seditantes non dicuntur.”¹¹ (VIII, 60)

Varrão utiliza nesses parágrafos um recurso presente em todo o livro VIII: ele apresenta uma classe de palavra, mostra o paradigma utilizado pelos analogistas para declinar as palavras pertencentes a essa classe e entra com um exemplo que não cabe nesse paradigma. Assim, vai provando, parágrafo a parágrafo, o equívoco de quem diz que é a analogia que rege a língua.

4. ANOMALIA

É possível perceber que, ao contrário do que dita o princípio da analogia, há palavras que fogem à regra e não seguem um paradigma flexional, e estas formas anômalas devem ser, portanto, memorizadas.

Como cita Robins (1983, p. 16), “a maioria das classes paradigmáticas nominais e verbais admitem exceções, membros irregulares, que não podem ser eliminados da lingüística por injunção dos gramáticos”.

Os anomalistas aproveitaram as exceções da língua para contra-atacar os argumentos dos analogistas. Eles sugeriram a irrelevância de regras e paradigmas e afirmaram que a

¹¹ “Mas a analogia não é preservada até mesmo naqueles que indicam que algo é feito com grande freqüência; porque embora haja *cantitans* (que canta, cantante), de *cantare* (cantar), não há *amitans*¹¹ de *amare* (amar), e muitas outras formas similares. A situação é a mesma nas formas de plural e naquelas de singular: pois são ditos *cantitantes* (os que cantam, cantantes), mas *seditantes* (os que sentam, “sentantes”) não são.” [Tradução minha]

irregularidade é mais comum na linguagem, pois esta é uma criação perfeita e superior, que não se submete a regras que pretendam dirigir sua práxis.

Os anomalistas eram geralmente estóicos, tradicionais estudantes da reflexão lingüística-filosófica. Eram partidários da teoria da origem natural da língua e desenvolveram a dialética, que acreditavam ser “a ciência do verdadeiro”. Para eles, a natureza era o guia da própria existência do homem.

Para os estóicos, a sentença é a célula do discurso, a unidade lógica que se estrutura na frase, que é a unidade gramatical. Eles estudaram a gramática para aperfeiçoar a lógica formal e subsidiar a dialética.

A partir do momento em que os estóicos encontraram anomalia na linguagem, houve, segundo Neves (1987, p. 95), “o registro de uma importante separação entre a questão da origem da linguagem e a de seu funcionamento”.

Como cita Robins (1983, p. 16-7), eles parecem ter argumentos mais convincentes enquanto não havia distinção entre flexão e derivação, e “ao rejeitar a equação ‘uma palavra, um significado’ (...), demonstraram notável compreensão da estrutura semântica da lingüística: os significados das palavras não existem isoladamente e podem variar de acordo com a situação contextual”.

4.1 VARRÃO CONTRA O PRINCÍPIO DA ANOMALIA (*DE LINGUA LATINA*, LIVRO IX)

O livro IX expõe os argumentos dos analogistas alexandrinos, e o tom deles é mais moderado e proveitoso. Eles não negam a anomalia, mas acreditam que a analogia é predominante na língua. “Enquanto os anomalistas são intransigentes com a analogia, os analogistas abrem concessões à anomalia e argumentam de forma disciplinada e racional”, lembra Coradini (1999, p. 464). Porém, em alguns momentos, chegam a avaliar os anomalistas como “atrasados”:

“Quis est tam tardus qui illas quoque non animadverterit similitudines, quibus utimur in imperando, quibus in optando, quibus in interrogando, quibus in infectis rebus, quibus in perfectis, sic in aliis discriminibus?”¹² (IX, 32)

E, como resposta ao argumento anomalista dos ‘dentes brancos de etíope’, os analogistas dizem:

“(...) et si in minore parte sit, tamen sit, nisi etiam nos calceos negabunt habere, quod in maiore parte corporis calceos non habeamus.”¹³ (IX, 45)

Coradini (1999, p. 471) lista os principais argumentos de analogistas e anomalistas da seguinte forma: para os primeiros, a anomalia é a exceção grammatical, que existe sim, mas não se nega, apesar de a analogia ser mais freqüente, já que é *similitudo* (semelhança) nos tipos de formação grammatical. Para os segundos, mais agressivos, a anomalia é a verdadeira lei da natureza, pois nela só existe o individual (não há dois seres semelhantes). Assim, é a *dissimilitudo* (diferença) a base da vida. É a anomalia que preside a arte, a moral e a linguagem, que tem por finalidade a utilidade. E eles vão além: afirmam que a analogia é uma quimera, que é inútil e prejudicial e só existe na imaginação dos analogistas.

Cito aqui um exemplo contra o princípio da anomalia, retirado do livro IX do *De Lingua Latina*:

“item illos qui reprehendunt, quod dicamus amor amabor amatus sum: non enim debuisse in una serie unum verbum esse duplex, cum duo simplicia essent. Neque ex divisione si unius modi ponas verba, discrepant inter se: nam infecta omnia simplicia similia sunt, et perfecta duplia inter se paria in omnibus verbis, ut haec amabar amor amabor, amatus eram amatus sum amatus ero.” (IX, 97)¹⁴

¹² “Quem é tão atrasado que não observou também semelhanças que usamos nos comandos, as que usamos nos pedidos [modo imperativo], nas perguntas, nas coisas não acabadas [tempos do *infectum*] e nas coisas acabadas [tempos do *perfectum*], e semelhantemente nos outros grupos de palavras?” [Tradução minha]

¹³ “(...) e mesmo que existisse em menor parte, ainda existiria: caso contrário, eles falariam que nós não calçamos nenhum sapato, porque na maior parte do nosso corpo nós não usamos nenhum sapato.” [Tradução minha]

¹⁴ “Da mesma forma, aqueles que criticam porque dizemos *amor* (eu sou amado), *amabor* (eu serei amado), *amatus sum* (eu fui amado): pois não deveria haver um verbo vindo de duas formas, enquanto os outros dois são formados por uma única. Ainda que você escrevesse os verbos a partir da divisão de um único tipo, eles estariam em discrepância entre si: pois todas as formas do *infectum* são da mesma maneira vindas de um verbo, e as formas do *perfectum* são entre si vindas de dois, em todas as formas verbais e parecidas, como estas: *amabar* (eu estava sendo amado), *amor* (sou amado), *amabor* (eu serei amado), *amatus eram* (eu fui amado), *amatus sum* (eu fui amado), *amatus ero* (eu terei sido amado).” [Tradução minha]

Varrão opõe as formas *amor* e *amabor* a *amatus sum*. As primeiras são formadas a partir de um só verbo (*amo*, *-as*, *-are*) e a segunda a partir de dois (*amo*, *-as*, *-are* e o verbo *sum*, *-es*, *esse*). E explica que aqueles que criticam essa formação, alegando anomalia, estão errados, pois as formas do *infectum* são vindas de um verbo e as formas do *perfectum* são vindas de dois em todas as formas verbais. O autor prova, portanto, que nesse caso existe analogia.

Ao longo dos parágrafos do livro IX, Varrão pretende, ao contrário do que fez no livro VII, criticar os anomalistas que usam exemplos errados quando tentam provar que a analogia não existe. Varrão prova que ela existe sim e que não deve ser descartada. Segue mais um exemplo:

“(...) utraque natura inest, quod alia inter se <similia>, alia <dissimilia> sunt, sicut in animalibus dissimilia sunt, ut equus bos ovis homo, item alia, et in uno quoque horum genere inter se similia innumerabilia. Item in piscibus dissimilis muraena lupo, is soleae, haec *muraenae* et *mustelae*, sic aliis, ut maior ille numerus sit similitudinum earum quae sunt separatim in *muraenis*, separatim in *asellis*, sic in generibus aliis.” (IX, 113)¹⁵

No fim do livro IX, Varrão conclui que ambos os princípios – analogia e anomalia – estão presentes na natureza, pois existem classes semelhantes e, mesmo entre elas, existem diferenças.

5 SOLUÇÃO DE VARRÃO PARA O EMBATE ANALOGIA VERSUS ANOMALIA

Após citar exemplos encontrados na língua latina de analogia e anomalia, chega-se à conclusão de que ambos os princípios devem ser aceitos, num esquema de discussão antitético que lembra os diálogos de Platão.

Em síntese, o autor conclui:

¹⁵ “(...) ambas estão presentes na natureza, porque umas coisas são similares entre si e outras são diferentes, assim como há diferenças nos animais, como cavalo, boi, ovelha, homem, assim como em outros, e em cada um também há inumeráveis deles que são similares entre si. Da mesma maneira, entre os peixes existem diferenças, como a moréia é diferente do lobo-marinho, o linguado, estas moréias e doninhas, assim com outros, apesar de que o número dessas diferenças seja ainda maior, as coisas que existem separadamente entre as moréias, entre os peixes do mar, e da mesma forma em outras classes.” [Tradução minha]

“(...) quod in declinatione uoluntaria sit anomalia, in naturali magis analogia.”¹⁶ (VIII, 23)

Em Epicuro (*apud* ROBINS, 1983, p. 15), já era possível ver uma posição intermediária: ele acredita que as formas das palavras surgiram naturalmente, mas foram modificadas por convenção.

Após a leitura dos livros VIII e IX, observa-se que os anomalistas e os analogistas não conseguiram entrar num acordo, e o debate morfológico, como afirma Coradini (1999, p. 472), “apesar de oferecer uma leitura interessante pelo tipo de argumentação, parece cair no vazio das palavras face a seu conteúdo”, como observa o próprio Varrão:

“Quare quoniam fit ut potius de vocabulo quam de re controversia esse videatur.”¹⁷ (X, 6)

Varrão faz-se, portanto, no livro X, um juiz que resolve a querela através da sua nova doutrina conciliatória. O esquema de tese-antítese tem o objetivo de causar no leitor uma expectativa de resolução por meio da síntese: ambos os princípios coexistem no mundo, pois, na natureza, os primeiros elementos operam de forma dupla e antitética.

Segundo Coradini (1999, p. 473),

(...) daí em diante, e em tese, a querela não teria mais razão de existir. Será apenas necessário delimitar a área de atuação de cada um desses princípios, isto é, o *simile* e o *dissimile*, a norma e a exceção, a regra e o uso. Ver-se-á que entre a analogia e a anomalia há mais afinidades do que se pensa, porque ambas nascem do uso.

Varrão apresenta esta conclusão nos trechos que seguem:

¹⁶ “(...) porque na declinação voluntária há a anomalia, e na declinação natural mais analogia.” [Tradução minha]

¹⁷ “Desde que isso acontece, a questão em disputa é mais sobre o nome que sobre a coisa.” [Tradução minha]

“(...) quod consuetudo et analogia coniunctiores sunt inter se quam iei credunt, quod est nata ex quadam consuetudine analogia et ex hac consuetudine item anomalia. (...)”¹⁸ (IX, 2-3)

“(...) quare quod> consuetudo ex dissimilibus et similibus verbis eorumque declinationibus constat, neque anomalia neque analogia est repudianda, nisi si non est homo ex anima, quod est ex corpore et anima. (...)”¹⁹ (IX, 3)

Pretendendo solucionar o impasse, o autor revela sua teoria da expansão do léxico, realizada sobre o repertório de palavras primitivas. A questão, portanto, centraliza-se na criação de palavras por derivação, o que nos leva a uma *impositio* secundária, isto é, destinada à criação de novas palavras.

É aqui que Varrão distingue *declinatio voluntaria* da *declinatio naturalis*. Eis a distinção nas palavras de Coradini (1999, p. 174):

A flexão voluntária é a forma primeira de um derivado, como no exemplo: *fagus* (faia) > *Fagutal* (lugar situado no Monte Esquilino). *Fagus* é a palavra simples e primitiva (*primigenia*), pré-existente no léxico, criada numa primeira *impositio* por um remoto *impositor*. *Fagutal*, a derivada, resulta de uma *impositio* secundária. O criador da derivada é que aplica essa forma inicial, sempre em caso reto. É forma voluntária porque se origina de um capricho do falante, isto é, de sua liberdade e criatividade, características essenciais do princípio da anomalia. A *declinatio naturalis* (flexão natural), apresenta dois aspectos: o flexivo-desinencial e o derivativo e seus desdobramentos:

- a) flexivo-desinencial – nominal-casual: *Roma* > *Romae*
verbal: *lego* > *legis*, *legit*, *legam*
- b) derivativo: prefixal: prefixal: *cedo* > *processit*, *recessit*...
sufixal: *turdus* > *turdarium*

O paradigma flexional, portanto, não depende mais da vontade do falante. Para Coradini (1999, p. 474), “tal operação se baseia na *ratio* ou *proprio* ou *similitudo*, que caracterizam a analogia”.

¹⁸ “(...) porque o uso e a analogia estão mais unidas uma com a outra do que eles julgam. Pois a analogia nasceu de um certo uso na fala, e também desse uso nasceu a anomalia. (...)” [Tradução minha]

¹⁹ “(...) Desde que o uso consiste em palavras similares e diferentes e suas formas derivativas, nem anomalia nem analogia devem ser rejeitadas, ao menos que o homem não tenha alma porque ele é feito tanto de corpo como de alma. (...)” [Tradução minha]

6 CONCLUSÃO

Sabe-se que os gregos e latinos contribuíram de forma significativa com os estudos gramaticais, fato pelo qual muitas das discussões que se originaram naquela época perduram até hoje nos estudos gramaticais.

Ainda se discute sobre regras e paradigmas *versus* uso, mas não da mesma forma como faziam os escritores da Antigüidade, até porque muitas das dúvidas deles já foram respondidas e tornaram-se conceitos muito claros para nós.

Trechos desses estudos antigos que não chegaram na sua totalidade até nós, servem como documentos históricos e têm extrema importância para o entendimento de como esses autores pensavam a língua. Daí a importância da tradução e dissecação de tais textos, que são as bases do pensamento lingüístico ocidental.

São de grande relevância os registros que deixa Varrão no *De Lingua Latina*, obra que contém pensamentos iniciais sobre conteúdos gramaticais que foram posteriormente estabelecidos.

No caso da dicotomia analogia-anomalia, os registros mostram claramente os dois lados e, no caso da obra de Varrão, permite desfazer o confronto e oferecer uma solução, que, neste caso, é conciliatória. Como lembra Robins (1983, p. 14-5),

A importância da controvérsia se deve ao papel que desempenhou no desenvolvimento inicial da teoria lingüística e ao estímulo que deu para o exame mais detalhado da lingüística grega. Ao defender ou atacar um dos lados do debate, as pessoas foram levadas a olhar mais de perto as estruturas, os significados e os padrões formais das palavras. Nessas investigações está o início de uma meticulosa análise lingüística.

REFERÊNCIAS

CORADINI, Heitor. **Metalinguagem na obra De Lingua Latina de Marcos Terêncio Varrão**. Tese de doutorado. São Paulo: USP-FFLCH-DLCV, 1999.

KENT. R. G. **Varro - On the latin language**: books V-VII. Trad. Roland G. Kent. Harvard University Press: London, 1999.

_____. **Varro - On the latin language**: books VIII-X. Trad. Roland G. Kent. Harvard University Press: London, 1999.

NEVES, M. H. de M. **A vertente grega da gramática tradicional**. São Paulo: Hucitec, 1986.

PEREIRA, M. A. **Quintiliano gramático**: o papel do mestre de gramática na *Institutio oratoria*. São Paulo: Humanitas / FFLCH / USP, 2000.

ROBINS, R. H. **Pequena história da lingüística**. Trad.: Luiz Martins Monteiro. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1983.